

HABEAS CORPUS Nº 492.486 - SP (2019/0037173-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI
ADVOGADO : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI - SP253642
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR HUGO DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR HUGO DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2270694-49.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 14/12/2018, em razão da suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, por ter sido surpreendido na posse de 100g (cem gramas) de maconha e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em espécie.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 16/20).

No presente *writ*, sustenta o impetrante inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não verificada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando que militam em favor do paciente condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Destaca a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

Postula, em liminar, a liberdade do paciente. No mérito, requer a cassação do acórdão impugnado e a revogação da prisão preventiva, com a imposição de medidas cautelares diversas, se necessário.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na hipótese, vislumbro flagrante constrangimento ilegal apto a ensejar o deferimento do pedido emergencial.

Confira-se o que consta da decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva (e-STJ fls. 14/15):

De início convém ressaltar que o flagrante lavrado pela d. Autoridade Policial encontra-se em ordem, posto que observadas todas as formalidades legais. Não, há, portanto, que se cogitar acerca de relaxamento do mesmo.

Existem indícios suficientes da autoria. A materialidade, por sua vez, está comprovada através do laudo de constatação provisória (fls. 28/30). Segundo consta dos autos, policiais militares receberam denúncia anônima informando que um indivíduo negro, conduzindo uma motocicleta vermelha, iria entregar drogas para uma mulher no local dos fatos. Como estavam próximo ao local, visualizaram um veículo e um indivíduo com as mesmas características e, ao se aproximarem, o suspeito tentou evadir-se e dispensou algo durante a fuga, porém, foi abordado. Com ele encontraram R\$150,00, em dinheiro, sendo que localizaram o objeto arremessado e constataram tratar-se de 4 porções de maconha, com aproximadamente 25g cada uma. Durante a diligência, avistaram uma mulher iniciando fuga, razão pela qual também foi abordada. Questionada, disse que iria comprar 25g de maconha do indivíduo que fora detido, pelo valor de R\$60,00. Em diligências na residência do atuado, localizaram mais R\$900,00 em dinheiro. Perante a d. Autoridade Policial, o atuado negou os fatos, afirmando apenas que seria usuário de drogas e estaria no local apenas para comprar entorpecente (fls. 06). Os elementos colhidos no auto de prisão em flagrante autorizam a concluir pela existência do tráfico de entorpecentes. O tráfico ilícito de entorpecentes, ainda que não seja daqueles delitos praticados com violência ou grave ameaça, é extremamente nocivo à sociedade, pois atinge um número indeterminado de pessoas, o que recomenda a manutenção da custódia cautelar a fim de preservar a ordem pública, bem como resguardar a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Muito embora o indiciado sequer ostente antecedentes criminais, o princípio da presunção de inocência não é incompatível com a prisão cautelar e nem impõe ao atuado uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não se há de cogitar de violação do princípio constitucional referido.

Ademais, o princípio in dubio pro reo só tem lugar por ocasião da sentença, pois antes disso vigora o princípio in dubio pro societate. Ressalte-se que primariedade, bons antecedentes e residência fixa não impedem a custódia cautelar. Nesse sentido: HC 98157/RJ, Rel. Min. Ellen Gracie. 2ª Turma, DJ de 25/10/2010. Os elementos colhidos no auto de prisão em flagrante são suficientes para fazer presumir que, em liberdade, o indiciado poderá voltar a praticar o

delito, o que compromete a ordem pública. Além do mais, poderá intimidar testemunhas, ou, ainda, eventualmente evadir-se do distrito da culpa, comprometendo a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Por fim, o delito em questão, tem pena privativa de liberdade máxima bem superior a quatro anos (artigo 313, I, CPP) e outras medidas cautelares não são adequadas à gravidade do crime. Assim, porque persistem os requisitos legais, converto em preventiva a prisão em flagrante do autuado Victor Hugo de Souza. Expeça-se o competente mandado de prisão, servindo o presente termo, por ora, como tal.

Como se vê, o Juízo de primeira instância não apontou nenhuma circunstância concreta que pudesse evidenciar a necessidade da custódia cautelar do paciente para o resguardo da ordem pública, da ordem econômica, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos moldes do que preconiza o art. 312 do Código de Processo Penal.

Ao contrário, deteve-se o Juízo de piso a fazer ilações acerca da gravidade abstrata do crime de tráfico, a mencionar a prova de materialidade e os indícios de autoria, a supor a fuga do distrito da culpa, o que, na hipótese específica dos autos, não constitui motivação suficiente para a segregação antecipada.

Ademais, é cediço, no âmbito desta Corte, que o *quantum* de droga apreendida, quando elevado, pode justificar a custódia cautelar para a garantia da ordem pública, por revelar a gravidade concreta da conduta. Todavia, essa não é a hipótese dos autos, pois se está diante da apreensão de **100g (cem gramas) de maconha**.

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial.

Ante o exposto, **defiro a liminar** a fim de assegurar possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, salvo se por outro motivo estiver preso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor desta decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

